

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Denise Pereira
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

A Transversalidade da Prática do Profissional de História

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A transversalidade da Prática do Profissional de História

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DRAMATURGIA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA ILUMINAÇÃO CÊNICA, QUESTÕES DE ABORDAGEM PARA UMA PESQUISA EM ANDAMENTO	
Berilo Luigi Deiró Nosella	
DOI 10.22533/at.ed.8211925041	
CAPÍTULO 2	8
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARTÍSTICA (EPA) COMO COMPONENTE CURRICULAR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA BAHIA: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO DOUTOR JUCA SENTO-SÉ	
Angla Pereira dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8211925042	
CAPÍTULO 3	14
A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)	
Regina Coeli Alcantara Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8211925043	
CAPÍTULO 4	24
A FORMAÇÃO DE MÉDICOS NEGROS NAS ESCOLAS MÉDICAS BRASILEIRAS	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 5	31
A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
Marília Villanova Rodriguês	
DOI 10.22533/at.ed.8211925045	
CAPÍTULO 6	38
A LINHA DURA NACIONALISTA E A “NASSERIZAÇÃO FRUSTRADA” DO REGIME MILITAR BRASILEIRO	
Guillaume Azevedo Marques de Saes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925046	
CAPÍTULO 7	46
A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)	
Bruna Alves Carvalho Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925047	
CAPÍTULO 8	54
A NAÇÃO NO BRASIL E NA COLÔMBIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ESPORTE ¹	
Eduardo de Souza Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925048	
CAPÍTULO 9	65
A POLÍTICA INVADE O VERSO: REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE 1848 NA POESIA DE BAUDELAIRE	
Marcos Antonio de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.8211925049	

CAPÍTULO 10	76
CONSERVADORISMO E PERSPECTIVA VARNHAGENIANA: ANÁLISE DE UM CONCEITO	
Ingrid Silva Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.82119250410	
CAPÍTULO 11	85
DA IGREJA AO CAMPO SANTO: O NASCIMENTO DOS CEMITÉRIOS E O MONOPÓLIO DA MORTE NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.82119250411	
CAPÍTULO 12	99
DEMOCRACIA E AUTORITARISMO: Trajetória Política De Eduardo Gomes Em Contextos De Transições	
Flavia Salles Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.82119250412	
CAPÍTULO 13	105
DO SUBVERSIVO AO TRAFICANTE: O PAPEL DA GUERRA ÀS DROGAS NA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO INTERNO” NO BRASIL	
Luiz Henrique Santos Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.82119250413	
CAPÍTULO 14	120
ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE	
Samara Letycia Moura Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250414	
CAPÍTULO 15	127
ENTRE O DISFORME E O MONSTRO: O CORPO ESPETÁCULO	
Juçara de Souza Nassau	
DOI 10.22533/at.ed.82119250415	
CAPÍTULO 16	137
FUNÇÃO POLÍTICA DA MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL	
Lindsay Borges	
DOI 10.22533/at.ed.82119250416	
CAPÍTULO 17	153
GÊNERO E DISCURSO NO CURDISTÃO SÍRIO: NOTAS DE PESQUISA	
Maria Raphaela Campello	
DOI 10.22533/at.ed.82119250417	
CAPÍTULO 18	166
GESTÃO DOS SENTIMENTOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DO <i>FRONT NATIONAL</i> COM MARINE LE PEN	
Makchwell Coimbra Narcizo	
DOI 10.22533/at.ed.82119250418	

CAPÍTULO 19	179
HISTÓRIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIPTOGRAFIA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTEGRADA	
Rogério Chaves da Silva	
George Mendes Marra	
Delson Ferreira	
Geovane Reges de Jesus Campos	
Amivaldo Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.82119250419	
CAPÍTULO 20	195
HISTÓRIA, IMPRENSA E PODER: FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO COMO ATORES POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998	
Fabrício Ferreira de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.82119250420	
CAPÍTULO 21	209
INFINITAS MARIAS Conhecendo as Marias desde 1950 PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	
Ronía Batista Vaz Otoni	
DOI 10.22533/at.ed.82119250421	
CAPÍTULO 22	217
JORNALISMO LITERÁRIO E PÓS-MEMÓRIA NA ÁFRICA COLONIAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX: O CASO DOS LIVROS-REPORTAGEM SOBRE RETORNADOS	
Flávia Arruda Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.82119250422	
SOBRE A ORGANIZADORA	226

A ESCOLARIZAÇÃO EM ITABORAÍ-RJ NO PERÍODO IMPERIAL (1840-1888)

Regina Coeli Alcantara Silva

RESUMO: Este estudo analisa o processo de ampliação e estabelecimento da escolarização, referente ao ensino público primário, em Itaboraí – RJ, no período do Império. A periodização adotada tem como objetivo analisar como a rede estava se constituindo e como a mesma se desenvolveu. Buscou-se reconstruir o percurso de constituição das escolas públicas primárias e de instituição do ensino sistemático e graduado na cidade. Podendo descortinar como aconteceu esse desenvolvimento, os motivos que levaram ao aumento quantitativo de escolas e como estava sendo engendrado uma possível rede de instrução na localidade. A natureza desta pesquisa é histórica de base documental, pelo viés da micro-história e acompanhada de um levantamento estatístico. A micro-história será utilizada como um recurso metodológico que ajudará na distinção das complexidades sociais que estudos mais gerais comumente ignoram. Sendo utilizada reduzindo a escala de observação e fazendo uso de “um estudo intensivo do material documental” tomando o particular como ponto de partida identificando seu significado ao analisar seu próprio contexto. Para reconstituir esse processo de escolarização é realizado um diálogo entre as seguintes fontes: os Relatórios

de Presidentes de Província; censos do IBGE; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro; e artigos de jornal, como “O Popular”, que estão na Hemeroteca. Os primeiros resultados com a pesquisa foram: ter a possibilidade de tornar inteligíveis questões sobre a escolarização no município que até então estavam retidas nos arquivos e mostrar como estava, possivelmente, se delineando a constituição de uma rede de escolas naquele município.

PALAVRAS-CHAVE: Itaboraí. História. Educação. Império. Escolas

Este estudo pretende averiguar o processo de ampliação e estabelecimento da escolarização em Itaboraí. A periodização adotada tem como objetivo fazer uma análise de como a rede estava se constituindo e como se encontrou ao término do Império. Nesse sentido, buscou-se reconstruir o percurso de constituição das escolas públicas na cidade.

O desenvolvimento da escolarização, na Europa do século XIX, resultou das ideias liberais da França, pós Revolução de 1789, enquanto a instrução pública, no Brasil, realizou leitura desses modelos (MARTINEZ, 1997:79). No Brasil, a origem desse “processo pode ser identificada com o momento [...] da formação do Estado imperial, no decorrer dos oitocentos” (SCHUELER, 1999:59).

O termo “Escolarização” pode apresentar duas interpretações: a primeira, “pretende designar o estabelecimento de processos e políticas, concernentes à ‘organização’ de uma rede [...], responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião”; a segunda, entende-se como o “processo e a paulatina produção de referências sociais” (FARIA FILHO, 2003:78). O espaço escolar foi sendo produzido no decurso da história da educação e se configurou como algo de extrema importância para a “estruturação do sistema público de ensino” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000:20).

Depois da Independência, em 1822, começou a ser implementada uma “rede descentralizada de instrução pública” (MAIA, 2017:39) e, com isso, a 1ª legislação educacional foi apresentada pela Constituição de 1824, na qual ficou instituída, no artigo 179, parágrafo 32, a “Instrução primária e gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824); porém, “não definia competências nem previa recursos para a implementação” (GOMES, 2002:388). A lei da Instrução Primária, de 15 outubro de 1827, assegurava, no art. 1º, que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, have[riam] as escolas de primeiras letras” (BRASIL, 1827).

Para perceber as transformações a partir dessa lei, no Rio de Janeiro de 1839, após quase doze anos, o Presidente de Província Souza (1839:33) informou que havia 25 escolas públicas de primeiras letras, dessas, 4 eram de meninas. Para uma província que possuía 60 freguesias e vários curatos (Relatório Presidente de Província, 1840:17), esse número de escolas era irrisório, e isso mostra que a lei ainda não estava sendo cumprida.

Em relação a Itaboraí, o mesmo presidente acrescentou que lá “ainda” não existia escola, mas que brevemente estaria sendo criada (Relatório do Presidente de Província, 1951:33). A população da região era de 13.825 (GOUVÊA, 2008:43), o que tornava necessária a criação de novas unidades escolares.

De fato, a primeira escola pública primária de Itaboraí foi criada, provavelmente, no ano seguinte, na Vila, pois aparece, a partir de 1839, José Antônio da Silva Rocha, ministrando aulas (Relatório Presidente de Província, 1851:16).

Em 1840, na província, existiam 6 escolas para meninas, entretanto, havia o objetivo de se instituir mais 4 escolas, incluindo uma para Itaboraí, que havia sido criada por deliberação, desde 15 de janeiro do mesmo ano (Relatório Presidente de Província, 1851:16). Porém, no Relatório de 1842, na localidade da Vila, somente aparece uma professora, D. Francisca M. dos S. Mattoso (Relatório Presidente de Província, 1842: Mapa 7). As escolas para meninas ficavam sob a responsabilidade das professoras e era “uma preferência estabelecida na própria legislação” (SCHUELER, 2002:115), posto que, desde a década de 1830, se discutia a implantação de escolas públicas e a importância de escolarizar mulheres, crianças, negros e índios (FARIA FILHO, 2000:135).

No relatório do Presidente de Província Coutinho, de 1846, faz-se alusão a um relativo aumento no quantitativo de escolas, 5 unidades, constando os locais em que

se encontravam, sendo 3 regidas por homens e 2 por mulheres (Relatório Presidente de Província, 1853: Mapa 7), como pode ser visto abaixo:

Localidades (Manteve-se a escrita original)	Sexo	Docentes
Villa	M	José Antônio da Silva Rocha
»	F	D. Francisca Marcelina dos Santos Mattoso
Arraial do Porto das Caixas	M	José Gomes de Faria
»	F	D. Clara Mathildes de Mattos Rocha
N. S. da Conceição do Rio Bonito	M	Nicolao Rodrigues de Miranda

Tabela 1: Escolas em Itaboraí (1846)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1846: Mapa 7 e SN)

Ao observar o quantitativo de escolas, notam-se duas escolas na Vila e duas em Arraial de Porto das Caixas e, em cada localização, há um professor e uma professora lecionando.

Essa ocorrência nos dá a entender que seria uma escola para cada gênero, em cada localidade, pois já era prevista “a criação de escolas de instrução elementar para as meninas” desde a Lei de 1827 (BRASIL, 1827).

No Relatório do ano seguinte, não houve diferenciação entre o número de escolas, continuaram 5 (Relatório Presidente de Província, 1847: Mapa 6). Mesmo perdendo o território de Rio Bonito, que foi elevado ao estatuto de vila, em 1846 (COSTA, 2013:133), em contrapartida foi aberta uma nova escola em Tamby, como é possível observar na tabela abaixo:

Localidade	Sexo	Docentes
Villa	M	José Gomes de Faria e Silva
»	F	D. Francisca Marcelina dos Santos Mattozzo
Arraial do Porto das Caixas	M	José Antônio da Silva Rocha
»	F	D. Clara Mathildes de Mattos Rocha
Freguesia de Tamby	M	Francisco Simões da Fonseca Junior

Tabela 2: Escolas em Itaboraí (1847)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1847)

O Presidente de Província Coutinho, ao relacionar os docentes existentes no município, coloca como título “Ensino mútuo”, fazendo alusão ao método que era praticado na época. No “método Mútuo, os alunos eram agrupados conforme a disciplina e o nível de conhecimento em que estavam, sem critérios de organização

pela idade” (DIAS, 2014:176), porém houve uma lei, de 02 de janeiro de 1847, que deixava ao critério do diretor de estudos decidir qual método deveria ser adotado pelas escolas: simultâneo, mútuo ou misto. A escolha seria de acordo com “a situação das localidades” (Relatório Presidente de Província, 1847:40 e Mapa 6).

Por diversos anos, seguidos ao de 1847, permaneceu a mesma quantidade de escolas, contudo “entre os anos de 1854 e 1890, houve um relativo crescimento da atividade política estatal mediante um controle mais efetivo e a criação de novos estabelecimentos”. Isso ocorreu, provavelmente, por conta do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte (BRASIL, 1854), pois o documento “além de organizar a estrutura burocrática e administrativa do ensino primário e secundário [...] propunha definir e controlar, com minúcia, as diretrizes educativas e o funcionamento [...] das escolas” (SCHUELER, 2002:240 e 36). Ou seja, mesmo sendo um regulamento para a Corte, acabava por chegar às províncias, pois tinha “normas alusivas”, também às suas jurisdições [...] buscando alcançar a instrução pública provincial” (SAVIANI, 2011, p 131).

Nesse período, existia um jornal local, intitulado “A Civilização”, que apresentou um artigo, com a chamada: “A instrução publica na província”, cujo texto começa dizendo que a instrução pública primária e secundária não dava os resultados que se esperavam, ao levar em conta os valores gastos. Havia 96 paróquias, entretanto, 52 não tinham escolas para meninos e 65 não tinham escolas para meninas.

Segundo o jornal: “é quasi nenhuma a instrução primaria e secundaria, que realmente se dá desde as mais obscuras freguesias até as mais populosas, e florescentes cidades” (CIVILIZAÇÃO, 1850:1).

Essa problemática, denunciada pelo jornal, corrobora com a situação que era exposta pelo presidente de província, em 1850, quando o mesmo dizia que existia um total de “95 escolas de instrução primaria, sendo 31 para meninas e 64 meninos”, o que parecia ser um número animador, mas que, entretanto, era ponderado por ele, ao dizer que era: “quase nenhuma a instrução primaria e secundaria que realmente se d[ava]” (Relatório Presidente de Província, 1850:49).

O jornal relacionava essa problemática a três situações: 1- indicava “a falta de consideração e garantias dos mestres”, como fez o presidente de província de 1840; 2- as povoações e o interior, pois do que “vale uma eschola no arrayal de uma freguesia, onde há apenas meia dúzia de casas, e onde todos os recursos faltão? Nossa população é muito espalhada. As distancias são grandes, e o pai de família não tem meio de por na eschola seu filho” e 3- as escolas ficarem a esmo, não possuindo recursos ou material (A CIVILIZAÇÃO, 1850:1).

A partir desse momento, as escolas passaram a ser mais fiscalizadas, mantendo-se “a tendência ao aumento no número de escolas primárias criadas pelo governo provincial, assim como a [de] se ampliar a participação da instrução nos orçamentos” (ALVES, 1992:47). Dessa forma, nos anos que se seguiram, observa-se um crescimento na rede.

Anos	Rio de Janeiro*	Itaboraí
1851	111=75M/36F	5=3M/2F
1853	131=87M/44F	6=4M/2F
1856	166=107M/59F	6=3M/3F
1858	194=120M/74F	8=4M/4F

Tabela 3: Situação das escolas no Rio de Janeiro e em Itaboraí (1851-1858)

FONTE: Relatórios de Presidente de Província

(1851:Mapa6; 1853b:Mapa7; 1856:Mapa3; 1858:72-73*)

A partir de 1860, a necessidade de instrução foi ganhando densidade e deveria “estar de acordo com as modernas formas de pensar o fenômeno educativo” (FARIA FILHO, 2000:139). Assim, no Relatório de 1867, há 7 escolas, 4 masculinas e 3 femininas (Relatório do Diretor da Instrução Provincial anexo ao do Presidente de Província, 1867:A-67), como se pode constatar abaixo:

Localidade	Docentes	Classe	Sexo
Itaborahy	Manoel José do Vale	3ª	M
»	D. Francisca Leocadia dos Santos Mattoso	2ª	F
Itamby	Francisco Izidoro Brunel	2ª	M
»	Viridiana Maria da Silva	1ª	F
Porto das Caixas	Francisco da Fonseca Barreto Escolar	1ª	M
»	Clara Amathildes de Mattos Rocha	3ª	F
Posse do Coutinho	João Santiago de Gouvêa	1ª	M

Tabela 4: Escolas em Itaboraí (1867)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução (1867)

As escolas eram divididas por classe e sexo e a classe era utilizada para se referir aos professores. Na primeira classe, estavam incluídos os efetivos, que poderiam ser os normalistas e habilitados em concurso. Na segunda classe, estavam os professores provisórios, que eram subjugados à prova que avaliava conhecimentos e habilidades relativos à escrita, à leitura, às regras das quatro operações e aos juros simples e esses profissionais permaneciam no cargo até que houvesse profissionais efetivos. Na terceira classe, ficavam os que trabalhavam temporariamente, durante as licenças e impedimentos ao trabalho dos demais professores (CALDEIRA-MACHADO; BICCAS; FARIA FILHO, 2013:646).

Na década de 1870, no Rio de Janeiro, diversos profissionais debatiam a primordialidade de se educar as crianças e produzir mais escolas primárias (MARTINEZ, 1997). O Decreto 7247, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho (BRASIL, 1879), tinha como proposta reformar o ensino primário e secundário, na Corte, e o ensino superior, em todo o Império e “serviu de modelo a várias instituições

educacionais nas províncias” (BASSO, 2005:15). Em Itaboraí, nesse período, há um aumento em relação ao número de estabelecimentos de ensino, embora insuficiente.

Localidades			
Masculinas		Femininas	
1	Itaborahy	1	Itaborahy
2	Posse (1ª escola)	2	S. Thomé
3	» (2ª escola)	3	Pinhão
4	S. Thomé	4	Porto das Caixas
5	Pinhão	5	Desterro de Itamby
6	Itapacorá		
7	Porto das Caixas		
8	Desterro de Itamby		
9	Aldêa velha		

Tabela 5: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1873)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução anexo ao Relatório do Presidente de Província (1873: Mapas 1-3)

Esse acontecimento é percebido no Censo de 1872, cujos dados mostram que existia uma população de 2827, dos 6 aos 15 anos, em idade escolar; desse número, 697 estavam frequentando a escola, ou seja, pouco mais de 24% do total. O número de crianças fora da escola era elevado e a quantidade dos que não tinham acesso chegou a 2.130 (CENSO; IBGE:1872).

No ano de 1873, como pode ser percebido na tabela 5, há um total de 14 escolas públicas, dessas, 9 eram destinadas ao ensino masculino e 5 ao feminino; o que comprova quão diminuta era a parcela das escolas disponíveis para os que, de fato, tinham direito a ela. Também havia 4 escolas com o ensino subvencionado, porém, apenas para os meninos. Assim, ainda que os discursos públicos reiterassem “a necessidade da educação das mulheres” (SCHUELER, 2002:123), pode-se observar que o quantitativo de unidades femininas era irrisório.

Nº	Localidade das escolas	Sexo
1	Iguá	M
2	Areal Grande	M
3	Mevrique	M
4	Itamby	M

Tabela 6: Escolas subvencionadas (1873)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1873: Mapa 2)

No ano de 1875, a freguesia de Santo Antônio de Sá passou a fazer parte de Itaboraí, o que provavelmente aumentaria o número de escolas. Assim, os dados, em 1876, ficaram da seguinte forma:

ESCOLAS MASCULINAS			ESCOLAS FEMININAS		
Nº	Localidades	Classe	Nº	Localidades	Classe
1	Itamby	1	1	Itamby	1
2	Aldêa Velha	1	2	Aldêa Velha	1
3	Santo Antonio de Sá	1	3	Santo Antonio de Sá	1
4	Itapacorá	1	4	S. Thomé	2
5	S. Thomé	2	5	Pinhão	2
6	Pinhão	2	6	Villa	3
7	Duques	2	7	Porto das Caixas	3
8	Cabossú	2			
9	Posse dos Coitinhos	2			
10	»	2			
11	Villa	3			
12	Porto das Caixas	3			

Tabela 7: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1876)

FONTE: Relatório do Presidente de Província (1876: S1-75-76-79)

Dessa forma, percebe-se um novo aumento no número de escolas: foram criadas 3 e vieram 2 da freguesia de Santo Antônio de Sá, uma para cada sexo, o que contabilizou um total de 19 escolas públicas. Nos anos seguintes, há os seguintes dados:

1878/1880	16
1881	21=12M/9F
1882	19=11M/8F
1885	18=10M/8F
1886/1887/1888	19=10M/9F

Tabela 8: Situação das escolas em Itaboraí (1878-1888)

FONTE: Relatórios de Presidente de Província (1878:49; 1880: Mapa 1; 1881:A5-3; 1882:S4-7; 1885:S4-4; 1886:S5-4; 1887:S7-4; 1888: Mapas 3 e 9)

Desde 07 de dezembro de 1880, havia um decreto de n. 2535, que autorizava “as câmaras municipais a estabelecer escolas e auxiliar a instrução primária fora das cidades e povoações [...] contratar ou nomear professores [...], regular o ensino e inspecioná-las” e, inclusive, utilizar parte da verba (5%) que recebiam dos cofres provinciais (Relatório do Diretor da Instrução anexo ao Relatório do Presidente de Província, 1888:S6-12 e S6-14). Essa determinação seria uma proposta de levar escolas às regiões mais distantes, já que a maior parte da população vivia em ambiente rural (BOYNARD, 2006:28).

Dessa forma, entre 1870 e 1880, as questões se “travavam em torno das redefinições do próprio público-alvo dessas instituições, momento em que se discutia a educação de livres e escravos, de imigrantes estrangeiros, de crianças e adultos”

(SCHUELER, 2002:40). De fato, houve um crescimento na rede de escolas oferecidas pelo Estado Imperial, conforme se pode observar abaixo:

LOCALIDADES			
Nº	Masculinas	Nº	Femininas
1	Villa	1	Cidade 1ª (Em São João Baptista)
2	Cabussú	2	Cidade 2ª (Em São João Baptista)
3	Itapacorá	3	Pilões
4	S. Thomé	4	Pachecos
5	Posse dos Coutinhos	5	Pinhão
6	Duques	6	Ipitangas
7	Tanguá	7	Sede (N. S. do Desterro de Itamby)
8	Sede (N. S. da Conceição de Porto das Caixas)	8	Aldêa Velha (N. S. do Desterro de Itamby)
9	Sede (N. S. do Desterro de Itamby)	9	Sede (N. S. da Conceição de Porto das Caixas)
10	Aldêa Velha		

Tabela 9: Escolas públicas primárias em Itaboraí (1888)

FONTE: Relatório do Diretor da Instrução da Província anexo ao Relatório do Presidente de Província (1888: Mapas 3 e 10)

Ao examinar os dados acima, no final do Império, o número de escolas femininas aumentou substancialmente, indo ao encontro das questões que estavam sendo discutidas à época. O quantitativo se elevava, porém o número de crianças sem acesso à mesma continuava aumentando. Segundo o relatório do presidente de Província Figueiredo (1889:37), “apenas a oitava parte da população infantil participa[va] de seus benefícios”, em toda a província do Rio de Janeiro.

A situação se agravava naquele período, pois, além de todos os problemas, existia um tributo, denominado de “Imposto Escolar”, que havia sido criado por meio do art. 7º da lei n. 2.941, de 04 de janeiro de 1888, e configurava uma taxa que estava sendo supostamente “null[a] e incobrável no domínio das municipalidades”, posto que serviria para auxiliar as crianças que fossem desprotegidas e aumentaria o número de escolas. (Relatório do Presidente de Província, 1889:38). Contudo, esse tributo estava em desacordo com a Constituição, a partir da qual a instrução deveria ser gratuita. Essa situação foi denunciada pelo jornal local, “O Social”, para o qual “além de sua inconstitucionalidade é um luxo e não uma necessidade. E se julgão ser de utilidade publica, os cofres municipaes que paguem” (O SOCIAL, 1888:1).

A Assembleia provincial reconheceu o quanto a lei era ruim, mas, por fim, deixou por conta das câmaras municipais, facultativamente, cobrarem esse imposto; o que ocasionou em muitas não respeitarem a lei. Em relação à Itaboraí, a Câmara havia pedido que os contribuintes, em débito com o imposto, fizessem o pagamento no prazo máximo de 60 dias, caso contrário, seriam cobrados. Ou seja, em diversos lugares não se fazia a cobrança, entretanto, em Itaboraí, a Câmara tanto executava a lei, quanto cobrava daqueles que se recusavam a pagar, contrariando o relato do presidente de

província (O SOCIAL, 1888:1). Ainda assim, mesmo com o imposto, o quantitativo de escolas municipais não aumentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise se configura como um passo inicial nos registros de processos que originaram a escola pública no município de Itaboraí. Durante todo o Império, a escolarização foi marcada por condições de precariedades físicas e insuficiências materiais, o que acontecia, inclusive, em Itaboraí. Os estabelecimentos de instrução aumentavam, contudo, eram sempre insuficientes para a população, o que excluía um elevado número de crianças dos estudos, seja pela ausência de escolas ou pelas dificuldades impostas pelo cotidiano, que fazia com que, mesmo os que tinham acesso à escola, fossem impedidos de frequentá-la.

REFERÊNCIAS

Jornais:

A CIVILIZAÇÃO, Itaboraí, n. 8, sábado, 27 abr. 1850, p. 1.

O SOCIAL, Itaboraí, Ano II, n. 45, sábado, 18 ago. 1888, p. 1.

Legislação:

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, 1824.

BRASIL. Lei de 15 out. 1827.

BRASIL. Lei n. 16 de 12 ago. 1834.

BRASIL, Lei n. 1331-A, 17 fev. 1854

BRASIL. Decreto n. 7.247, 19 abr. 1879.

BRASIL. Recenseamento 1872, IBGE.

Relatórios:

Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro (1840-1888). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro>

Referências:

ALVES, C. M. C. Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, C. **O passado sempre presente**. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

BASSO, S. H. O. O debate sobre a educação no segundo reinado e a reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Dissertação de Mestrado. UEM, Maringá, 2005.

BOYNARD, M. A. A. P. **A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos: a experiência da “Seis de Março” (1916-1932)**. Dissertação de Mestrado. UFF: Faculdade de Educação, Niterói, 2006.

CALDEIRA-MACHADO, S.; BICCAS, M. S.; FARIA FILHO, L. M. de. **Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: Implicações**. Cadernos de História da Educação, v. 12, n. 2, jul./dez. 2013.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: Uma vivência às margens do Rio Macacu (1833-1875)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2013.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, E.; VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de. **500 anos de educação no Brasil**. 2. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. L. F. (Orgs.) **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2003.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Rev. Bras. Educ. 2000, n. 14.

GOMES, A. de C. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D.; ALBERTI, V. (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOUVÊA, M. F. **O império das províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAIA, M. N. **The Making of empresariado do Ensino secundário em Niterói-RJ (1889-1944)**. Tese Doutorado em Educação, PPG-Educação, UFF, Niterói, 2017.

MARTINEZ, A. F. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. Niterói, 1997. Dissertação de Mestrado em História, PPG-UFF, Niterói, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção memória da educação).

SCHUELER, A. F. M. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. Rev. Bras. de Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

_____. **Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)**. Tese Doutorado em História, PPG-UFF, Niterói, 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-282-1

